

21 A IMPRESCINDIBILIDADE DE PROTEÇÃO DE DADOS NA ÁREA DA SAÚDE

Alane Martins Amieiro

Estudante, Unicesumar, alaneami2401@gmail.com

Donatella Condoleeza Cernelós Ribeiro de Castro

Estudante, Unicesumar, Donatellacastro2006@gmail.com

Tatiana Manna Bellasalma e Silva

Mestra, Unicesumar, Professora, bellasalmaesilva@gmail.com

INTRODUÇÃO:

O presente estudo tematiza a importância da proteção de dados dos pacientes no contexto da saúde. Aos termos uma necessidade de consulta ou procedimento médico informações como documentos com CPF e RG; informações de contato, endereços e telefone; registros de saúde, resultados de exames e prontuários; a proteção de dados na área da saúde torna-se imprescindível para abroquelar dados de extrema importância pessoal deve ter a segurança afim de não causar danos ao paciente.

A utilização da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na área da saúde é fundamental, uma vez que todos os materiais associado e essencial à saúde são particulares, individuais, confidencial e vulneráveis; e com o aumento dos recursos tecnológicos especificamente na área, os dados encontra-se além disso mais expostos.

O objetivo deste resumo expandido consiste em analisar a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados no contexto da saúde, aprimorando conhecimento da extrema importância da proteção de dados na área da saúde, conhecer melhor sobre a LGPD e o impacto dela no desenvolvimento de tecnologias em saúde. De modo que a proteção de dados pessoais tem de ser considerada desde o começo do propósito, e em cada fase de desenvolvimento torna-se aperfeiçoados os princípios da lei, garantindo o serviço destes preceitos de proteção.

As limitações experimentadas no desenvolvimento do trabalho consistem na questão do tema se tratar de algo recente.

PROBLEMA DE PESQUISA: Ao fazer uma consulta, diagnósticos ou procedimento médicos, os profissionais da área da saúde têm o dever realizar os devidos cuidados necessários com os pacientes sempre através Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com as informações do paciente podendo ser somente de conhecimento apenas do paciente e de seu médico, pois as informações que os profissionais especializados possuem vai desde de exames simples à diagnósticos extremamente complexos, como documentos, fotos, informações de contato, exames laboratoriais e exames de imagem. Dessa forma, o prontuário médico pode revelar traços íntimos, sensíveis, pessoais, anonimizados e pseudominizados, que quando expostos possuem práticas discriminatórias contra o paciente, um grande perigoso risco na vida social do paciente, gerando problemas de reputação podendo ocasionar em até problemas na vida profissional, chantagens com seus dados e extorsões de informações. Sendo assim, o problema de pesquisa consiste em: em que medida a Lei Geral de Proteção de Dados é eficaz no intuito de proteger os direitos do paciente?

OBJETIVO: Vivemos numa era em que a informação é de enorme relevância para o cidadão e para as empresas. A informação assertiva e tempestiva, pode determinar o sucesso ou o fracasso de uma empresa e tem sua origem no adequado tratamento dos dados. Assim, o objetivo deste resumo expandido consiste em analisar a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados no contexto da saúde. Para atingir esses objetivos é importante adotarmos mecanismos de segurança mais rigorosos para dados sensíveis, fazendo com que esses dados não se tornem utilizáveis para estragar uma reputação ou até mesmo chantagens. É necessário orientar os envolvidos que além da LGPD, existem outras legislações que buscam regulamentar a utilização de dados pessoais e informações confidenciais, para que possam obter maior segurança. É fundamental o cuidado para digitalizar os processos, para evitar situações de perda, roubo ou vazamento de informações, contando com um fornecedor de tecnologia confiável, entre outros cuidados. Deste modo é essencial o aprofundamento desse conteúdo para o compromisso, como pesquisadores, desenvolvedores e utilizadores de tecnologias, de cumprirmos a lei de forma ética e responsável

MÉTODOLOGIA: Utilizou-se o método de pesquisa hipotético-dedutivo que parte do problema proposto que versa sobre a análise da temática acerca da proteção de dados no contexto da área da saúde. Sendo que o método passou pela formulação de hipótese e por um processo de inferência dedutiva, o qual testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela referida hipótese, mediante aplicação da técnica de pesquisa bibliográfica e documental, consistente na análise e estudo de obras, artigos científicos e na própria legislação pátria. Empregou-se a técnica de pesquisa monográfica.

RESULTADOS ALCANÇADOS. Como resultado, concluímos que o mecanismo utilizado (LGPD) está gerando uma eficiência parcial nos ambientes usados com seus 65 artigos, trazendo mais segurança aos envolvidos na área da saúde, estabelecendo firmes institutos legais os quais trazem cristalina cooperação e entendimento sobre o tema, com foco total no usuário, pois possuir um ambiente digital seguro traz mais conforto para os médicos e para os pacientes. Porém, visto uma pesquisa realizada pelo Grupo Daryus, consultoria especializada no tema, indica que 80% das empresas no Brasil ainda não estão completamente adequadas à LGPD; 35% dizem estar parcialmente adequadas e 24% em fase inicial de adequação. Dessa forma vemos que há grande possibilidade de melhorar o uso dessa lei e priorizar uma maior eficácia. Assim o esperado é que esse trabalho mostre o impacto dessa lei no desenvolvimento de tecnologias em saúde e avance cada vez mais.

REFERÊNCIAS:

HAWRYLISZYN, Larissa; COELHO, Natalia; BARJA, Paulo. **Lei geral de proteção de dados (LGPD):** O desafio de sua implantação para a saúde. Edição (se houver). São José dos Campos- SP: Revista Univap, 2021.

MALDONADO, Viviane Nóbrega. **Lei geral de proteção de dados:** manual de implementação. 1. ed. São Paulo: RT revistas dos tribunais, 2019.

CABRAL, F.F. **Proteção de dados na atividade empresarial: gerenciamento de riscos e o relatório de impactos à proteção de dados**. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2019. p. 21.

MENKE, Fabiano. **Lei geral de proteção de dados**: subsídios teóricos à aplicação prática. 1. ed. São Paulo: Editora Foco, 2022.